



BALANÇO ÉTICO GLOBAL - BEG

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA

Sessão de debate realizada em 6 de novembro de 2025 (remota)

Apresentação

O Balanço Ético Global (BEG) é uma iniciativa inédita do governo brasileiro com apoio da ONU e da presidência brasileira da COP30. “Se já acordamos o que deve ser feito para o enfrentamento da crise climática, por que não cumprimos?”. Essa é a pergunta central do Balanço Ético Global (BEG) que, por meio da escuta ética e ativa da sociedade civil, busca reunir contribuições para acelerar a implementação das ações para o cumprimento efetivo das decisões acordadas para o enfrentamento da crise climática. Para ampliar a participação social, a iniciativa conta com uma proposta de Diálogos Autogestionados, a fim de que as pessoas, lideranças e movimentos sociais possam, em qualquer lugar do mundo, contribuir com reflexões e sugestões para os desafios que as mudanças climáticas representam para o planeta.

A fim de apresentar sua contribuição para esse processo, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou uma atividade de diálogo autogestionado do BEG, partindo da sua perspectiva de defesa do direito humano à alimentação adequada e da soberania e segurança alimentar e nutricional para responder às questões apresentadas. A metodologia envolveu a realização de algumas etapas: representantes das organizações do Consea foram convidados a responder às perguntas propostas; as respostas foram consolidadas em um documento e debatidas numa reunião remota para aprovação do texto final, o qual será enviado como contribuição do CONSEA.

Dessa maneira, o conselho busca contribuir com sua visão que congrega a diversidade brasileira e reforçar o papel fundamental dos sistemas alimentares sustentáveis para a crise climática. O Consea reafirma seu compromisso com o futuro que desejamos, com a força das organizações e dos movimentos sociais em diálogo com o governo, e em defesa da democracia e da soberania popular.

Síntese das respostas ao formulário BEG CONSEA

1. Por que tantas vezes negamos ou ignoramos o que a ciência e os saberes tradicionais dizem sobre a crise climática, e compartilhamos ou compactuamos com a desinformação, mesmo sabendo que vidas estão em risco?

Negamos ou ignoramos o que a ciência e os saberes tradicionais dizem sobre a crise climática porque vivemos em uma sociedade estruturada pela supremacia dos interesses econômicos, que frequentemente sobrepõem o lucro à vida. Essa lógica capitalista rompe o vínculo entre as pessoas e a natureza, transformando a alimentação, a terra, a água, todas as formas de vida e o conhecimento em mercadorias. A distância entre quem produz preservando as identidades e a sociobiodiversidade alimentar na relação com quem consome leva à desconexão e alienação coletiva e invisibiliza saberes e enfraquece práticas sustentáveis que poderiam garantir o equilíbrio entre sociedade e ambiente.

Além disso, a influência e o poder econômico do setor privado nas políticas públicas e nos meios de comunicação distorcem prioridades e espalham desinformação, enfraquecendo a confiança na ciência e desvalorizando os conhecimentos ancestrais. Destaca-se, ainda, que o monopólio dos meios de comunicação e a forte publicidade estratégica das grandes corporações que detêm o poder econômico no campo da alimentação são usados para deslegitimar as práticas e os saberes tradicionais. A negação e a desinformação não são apenas falta de conhecimento, mas um projeto intencional que naturaliza e reforça a desigualdade, o racismo e a destruição da natureza, afastando-nos das soluções verdadeiramente justas e sustentáveis.

Neste sentido, destaca-se a ação de grupos políticos - especialmente, mas não apenas, de extrema direita - que utilizam como estratégia comum a negação da ciência e da realidade e a propagação da desinformação como método de atuação e defesa de interesses privados, como forma de manipular a opinião pública e erodir a confiança em instituições democráticas e científicas.

Soma-se às questões acima elencadas, o fato de que as atuais estruturas de financiamento e disseminação de saberes científicos geram concentração nas formas de difusão dos conhecimentos e predomínio de uma ciência positivista e cientificista, que também reforça a descredibilização dos saberes tradicionais. Destaca-se ainda a apropriação das patentes pelas grandes corporações, como uma forma de cooptação e apropriação dos saberes tradicionais e recursos genéticos. Portanto, é importante encontrar mecanismos decoloniais e concretos para proteção, valorização, fomento e disseminação de diferentes saberes e práticas e para que estes possam incidir nos processos de tomada de decisão em diferentes níveis.

Por fim, destaca-se a garantia do direito à terra e ao território como estratégia essencial para proteção dos conhecimentos tradicionais e da ciência ancestral, promoção de práticas e tecnologias sociais sustentáveis e saudáveis e para conservação da sociobiodiversidade, tanto no rural quanto no urbano. Assim, não é possível promover a valorização e o diálogo de saberes no enfrentamento à crise climática sem políticas públicas efetivas de regularização e proteção de territórios indígenas, quilombolas e demais povos do campo, das florestas e das águas, além de territórios periféricos urbanos.

2. Por que continuamos com modelos de produção e consumo que prejudicam os mais vulnerabilizados e não estão alinhados à missão 1.5 °C?

Os modelos de produção e consumo que agravam a crise climática são também responsáveis por deteriorar os indicadores de saúde humana e prejudicar mais os grupos em situação de vulnerabilidade. Isso ocorre porque estes modelos estão enraizados em um projeto político e econômico hegemônico: o do agronegócio, da aquicultura de larga escala e das grandes corporações. Esse sistema é mantido por subsídios públicos, pela aliança entre governos e capital financeiro e pela transformação do alimento - bem comum e direito humano - em mercadoria. A desconexão entre quem produz e quem consome, marcada por longas cadeias de distribuição dos alimentos, invisibiliza a realidade da agricultura familiar, da pesca artesanal e das comunidades e povos do campo, das florestas e das águas/marematórios, impedindo que a sociedade reconheça os impactos ambientais e humanos da produção industrial. Além dessa desconexão, determinantes políticos e comerciais, como a falta de regulação sobre as grandes corporações, também contribuem para manter esses impactos. Ao mesmo tempo, saberes e práticas tradicionais, como a agroecologia, os sistemas agroflorestais, o uso e a conservação de sementes crioulas e espécies nativas, o manejo comunitário pesqueiro e a pesca artesanal continuam invisibilizados e desvalorizados, enquanto o mito de que “só se produz com veneno e máquinas grandes” legitima um modelo predatório e concentrador. Esse modelo intensivo produz bens de consumo desnecessários e nocivos à saúde humana, como os alimentos ultraprocessados.

Para aprofundar essa desigualdade, os alimentos saudáveis tornam-se mais caros e inacessíveis devido a uma combinação de fatores econômicos e fiscais, estruturais e climáticos. A falta de políticas fiscais que equilibrem os preços dos alimentos saudáveis em relação aos ultraprocessados, a inflação, os eventos extremos causados pela crise climática e a falta de uma estrutura favorável aos modelos de pequena produção, faz com que os ultraprocessados ganhem cada vez mais espaço nas mesas da população, especialmente a empobrecida, prejudicando a saúde, aniquilando culturas, apagando memórias de sabores e saberes. A fome, e demais expressões da insegurança alimentar, junto à pobreza associam-se às múltiplas exclusões em razão de classe, gênero, identidade de gênero, identidades afetivo-sexuais, raça e etnia. Essas exclusões preponderam nos territórios considerados periféricos (rural, urbano ou periurbano) e, em contrapartida, são nesses espaços que se concentram diferentes formas de resistência, seja pela conservação de biomas, manutenção de práticas tradicionais ou pela construção e difusão de saberes locais e tradicionais.

Estes sistemas alimentares intensivos aprofundam as desigualdades, o racismo estrutural e o patriarcado. Violam os corpos-territórios, exploram e precarizam o trabalho, principalmente o das mulheres. Contaminam o leite materno, envenenam a comida, a terra, a água e o ar. Provocam violências e a destruição da natureza. Expulsam o povo de seus espaços ancestrais e das instâncias de decisão e poder, que estão dominadas pelos interesses corporativos.

As consequências desse modelo recaem de forma desigual e injusta sobre os povos do campo e as comunidades tradicionais. Camponesas e camponeses sofrem diretamente os efeitos da crise climática — secas, enchentes, perda da biodiversidade — e são intoxicados pelos agrotóxicos pulverizados, uso estimulado e indiscriminado, que minam a soberania alimentar, além de terem seus territórios ameaçados pelo avanço de monoculturas. Paradoxalmente, são esses

mesmos agricultores familiares que garantem 80% da mandioca, 59% do feijão, 63% do leite, e outros alimentos básicos, à mesa da população brasileira, além de manterem sistemas produtivos que esfriam o planeta e protegem a sociobiodiversidade (IBGE, Censo Agropecuário 2017). Nas águas, a produção em larga escala de tilápia, camarão e outros pescados provoca o deslocamento da pesca artesanal, acúmulo de metais, resíduos e outros poluentes, que prejudicam o ecossistema aquático e a saúde dos povos que ali vivem. No entanto, o poder público ainda não reconhece plenamente o papel estratégico da aquicultura e agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. As políticas de apoio e financiamento à agroecologia, à agricultura familiar, à pesca artesanal são insuficientes, mal distribuídas e muitas vezes mantêm a lógica de produção de commodities.

Enquanto isso, o discurso dominante continua sendo moldado pelo poder corporativo e pela lógica do capitalismo verde, que pratica o *greenwashing* e difunde falsas soluções para manter o controle sobre o sistema alimentar. Nesse discurso preponderam soluções como o mercado de carbono e a bioeconomia, que mercantilizam a natureza e convertem bens comuns em ativos financeiros. Essas falsas soluções são apoiadas por ideias de inovação sustentável e por promessas irreais de compensação desarticuladas de uma abordagem pautada pela justiça social, ambiental e econômica. Esses mecanismos permitem que as grandes corporações perpetuem práticas predatórias, apropriando-se dos saberes tradicionais e colocando os modos de vida dessas comunidades e povos em risco. Os desafios das organizações sociais, urbanas e rurais, em disputar a narrativa pública dificulta o avanço de uma prática contra hegemônica baseada em solidariedade, esperança e cuidado. Manter o atual modelo de produção e consumo é, portanto, manter as desigualdades: ele protege os lucros de poucos e sacrifica os direitos de muitos, afastando o mundo da meta de 1,5 °C e perpetuando uma crise que atinge de forma desproporcional quem menos contribuiu para causá-la.

Um grande desafio para os países é a plena realização do direito humano à alimentação adequada. No contexto da sobreposição das crises ecológicas, alimentares e energéticas, a questão mais premente relativa à produção de alimentos é que os países precisam reorientar seus sistemas produtivos para que sejam sustentáveis, justos, abundantes e que contribuam para a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada. A agroecologia é considerada o meio de desenvolvimento agrícola que não apenas apresenta fortes conexões conceituais com o direito à alimentação, com a dignidade humana e com meio ambiente, e que tem resultados comprovados para um rápido progresso na concretização deste direito humano para muitos grupos vulnerabilizados em diversos países e ambientes. A agroecologia e o manejo artesanal e comunitário na pesca trazem contribuições sociais, ambientais e econômicas que superam as abordagens convencionais tanto para a produtividade, quanto para a sustentabilidade. É possível criar um ambiente propício para esses modos de produção sustentáveis e agroecológicos com a adoção de políticas públicas adequadas, entre as quais se incluem: investir em conhecimento e serviços de pesquisa e extensão agrícola para a transição agroecológica; investir em formas de organização social que estimulem parcerias, incluindo escolas de campo para agricultores e redes de inovação e troca de saberes entre movimentos de agricultores/as e pecadores/as familiares; ampliar o acesso à terra; proteger o direito às águas; empoderar as mulheres e as juventudes; e criar um ambiente macroeconômico e político

propício, colocando em contato as comunidades e povos das florestas, campos e águas com mercados justos e circuitos curtos de distribuição de alimentos.

3. O que podemos fazer para garantir que os países ricos, grandes produtores e consumidores de combustíveis fósseis acelerem suas transições e contribuam com o financiamento dessas medidas nos países mais vulneráveis?

Inicialmente, é importante ressaltar que, no Brasil, o sistema alimentar dominante é o principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa: segundo o Observatório do Clima, em 2021, o modelo agroindustrial contribuiu com 73,7% das emissões brutas totais de dióxido de carbono, quando consideradas as contribuições diretas, como emissões provenientes dos animais, e as indiretas, que incluem o desmatamento e a mudança de uso da terra. De acordo com o estudo, a maior parcela dessas emissões é proveniente da mudança de uso da terra e florestas e do desmatamento (56,3%), seguida do setor da agropecuária (33,7%) (Observatório do Clima - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa em Sistemas Alimentares, 2023).

Além disso, destaca-se a relação de dependência deste modelo vinculado aos grandes produtores e conglomerados comerciais varejistas do país com a utilização de derivados fósseis, por meio, por exemplo, do uso de agrotóxicos e insumos, do alto grau de processamento de alimentos que exigem muita energia para controle de temperatura e operação de maquinários, da utilização de embalagens plásticas e de cadeias longas de transporte e comercialização de alimentos. Portanto, para além da preocupação com o uso de combustíveis fósseis, é necessário reconhecer o papel que o modelo hegemônico atual de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos tem no enfrentamento às mudanças climáticas.

Para garantir que os países ricos — especialmente os do Norte Global, que são grandes produtores e consumidores de combustíveis fósseis — acelerem suas transições energéticas e contribuam com o financiamento climático nos países mais vulnerabilizados, é necessário reconhecer e valorizar as soluções já existentes nos territórios, especialmente aquelas conduzidas pela agricultura familiar e camponesa e pelos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, que têm demonstrado práticas reais de manutenção ou transição para sistemas alimentares sustentáveis. No entanto, essas iniciativas ainda carecem de investimentos e visibilidade, pois os recursos públicos e privados continuam concentrados em setores poluentes e no agronegócio e aquicultura de larga escala. Assim, a mudança exige reorientar subsídios, denunciar o *greenwashing* e redirecionar investimentos para o uso sustentável da natureza que fortaleçam comunidades locais. Isso implica também enfrentar as relações assimétricas e injustas de poder geopolítico, econômico, social e de gênero, que mantêm o atual modelo de exploração e desigualdade global.

Nesse sentido, é crucial que políticas públicas para energias renováveis sejam desenhadas com participação social, justiça e sustentabilidade, pois, sem salvaguardas, projetos anunciados como “verdes” podem aprofundar desigualdades, capturar terras comuns e forçar deslocamentos, especialmente entre agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos dos campos, das águas e das florestas. Já está documentado, em diferentes regiões do Nordeste, que parques eólicos e solares avançaram sobre áreas de uso coletivo e territórios tradicionais, com relatos de “*green grabbing*” (apropriação verde) e

pressão fundiária associadas a empreendimentos de grandes companhias, o que tem levado moradores a abandonar casas e modos de vida por perda de acesso à terra, água e pastagens comunitárias como os fundos de pasto. Também estão documentados problemas de saúde física e mental entre moradores e sofrimento animal. Destaca-se o exemplo da região do Seridó (Rio Grande do Norte e Paraíba), no semiárido brasileiro, onde comunidades quilombolas e rurais relatam que a expansão de usinas solares vem destruindo a Caatinga, secando cursos d'água locais e deteriorando condições de produção, com casas sendo abandonadas diante da inviabilidade de continuar no território. Outro exemplo que indica preocupação com falsas soluções de energias renováveis é o do município de Umburanas (Bahia, nordeste brasileiro) e áreas vizinhas, onde moradores afirmam ter sido privados de partes de seus territórios por projetos eólicos, com litígios e protestos que narram deslocamentos e perda da qualidade de vida, incluindo casos em que famílias mapearam suas áreas e, ainda assim, viram aerogeradores erguidos dentro de seus limites, pressionando saídas compulsórias e ruptura de atividades extrativistas tradicionais. Destaca-se, ainda, preocupação com a instalação de turbinas eólicas *offshore*, que podem gerar a exclusão de áreas de pesca artesanal e afetar diretamente as condições de vida das populações locais. Por último, mas não menos importante, é relevante observar os impactos negativos da implementação de grandes hidrelétricas, com o exemplo clássico e lamentável da usina de Belo Monte, onde monitoramento independente realizado pelas próprias comunidades, em colaboração com pesquisadores da Universidade de São Paulo e do Instituto Socioambiental, indica redução de até 80% da vazão da Volta Grande do Xingu, comprometendo a sociobiodiversidade e afetando gravemente os modos de vida dos povos indígenas e das comunidades ribeirinhas que dependem da pesca e dos ciclos naturais do rio para sua subsistência. Assim, para que a transição energética seja justa e sustentável, é indispensável assegurar consulta e consentimento prévios, repartição de benefícios, proteção de territórios e meios de vida, além de modelos alternativos descentralizados e cooperativos que reduzam conflitos e evitem que soluções renováveis, concebidas para enfrentar a crise climática, resultem em novas formas de injustiça territorial e deslocamento de comunidades. Ainda, destacam-se soluções promovidas por organizações da sociedade civil brasileira, como a Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA (Programa Um Milhão de Tetos Solares) e o Movimento de Atingidos por Barragens - MAB (usina solar fotovoltaica Veredas Sol e Lares, com gestão popular e participativa), que devem ser valorizadas e fomentadas.

Além disso, é imprescindível reforçar os mecanismos internacionais de responsabilização e garantir que os compromissos assumidos em acordos multilaterais sejam cumpridos com transparência, metas vinculantes e participação social efetiva. Os países do Sul Global e as ilhas, que mais sofrem os efeitos da crise climática, devem ser escutados e participarem nos processos de decisão e financiamento. A mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais é central para exigir justiça climática, taxar os lucros excessivos das corporações fósseis e eliminar subsídios que sustentam a destruição ambiental e a saúde das populações. Somente com pressão política, solidariedade nacional e internacional e fortalecimento das alternativas locais será possível romper com o modelo capitalista predatório e construir um futuro climático justo e sustentável para todas as nações.

Recursos que deveriam ser gastos para zerar as emissões e enfrentar a crise climática seguem sendo direcionados para os combustíveis fósseis. Mesmo com o colapso climático dando sinais severos, o Brasil – e muitos países – ainda adotam uma política

de subsídios que privilegia o petróleo, o carvão mineral e o gás natural em detrimento das fontes renováveis. Apesar da pressão das empresas petrolíferas, o espaço da COP é estratégico para o debate sobre o fim dos incentivos financeiros e isenções fiscais aos fósseis. O Brasil tem todas as condições e competência técnica para liderar acordos multilaterais para a reforma do modelo de subsídios e a real transição do petróleo para as fontes renováveis.

Por fim, é necessário fortalecer a adoção dos princípios de direitos humanos e da participação social nos espaços multilaterais com impacto nos sistemas alimentares. Assim, deve-se defender o mandato do Comitê de Segurança Alimentar Mundial como o espaço multilateral legítimo para a coordenação da política mundial de transformações dos sistemas alimentares e de respostas às crises alimentares e maior apoio financeiro de todos os países para o Comitê; além de promover, de maneira coordenada e decolonial, a efetivação da agenda de direitos humanos, incluindo o Direito Humano à Alimentação Adequada, como obrigações dos Estados nas instituições multilaterais, no sistema ONU, nos espaços de governança e de negociações internacionais e na cooperação internacional, com impacto na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) de todos os povos. Enfatiza-se, ainda, a urgência de reforçar a relevância da agenda de SSAN nas negociações da Convenção das Partes sobre Mudança do Clima, dado que não será possível alcançar as metas do Acordo de Paris sem a transição para sistemas alimentares justos, saudáveis e sustentáveis.

4. Que tradições, histórias ou práticas (culturais, espirituais) da sua comunidade nos ensinam a viver em maior equilíbrio com a natureza?

A complexidade do mundo aponta para a necessidade da promoção do encontro e do diálogo entre os diversos saberes, práticas, subjetividades e ciências frente à diversidade de contextos, histórias e culturas. Para os Povos Tradicionais de Matriz Africana, por exemplo, o equilíbrio com a natureza está enraizado em uma visão de mundo sagrada e relacional, na qual tudo o que existe é parte de uma mesma vida. A terra, a água, as plantas, os animais e as pedras são reconhecidos como entes vivos e irmãos, e manter a natureza é garantir a própria existência. A alimentação tradicional é concebida como um ato espiritual, em que todo alimento é sagrado e deve ser produzido sem causar sofrimento a nenhum ser vivo, respeitando os ciclos da natureza e os princípios da partilha. Nessa cosmovisão, produzir e alimentar-se são formas de reverenciar a vida, reafirmando que a natureza não é um recurso, mas um corpo coletivo do qual todos fazemos parte.

Nessa mesma perspectiva, formas alternativas de se relacionar com o mundo e com o meio ambiente se expressam de forma concreta entre Povos e as Comunidades Tradicionais — povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros — pelo respeito aos costumes e hábitos alimentares tradicionais, incluindo seus modos de preparo ancestral de alimentos. Tais cosmovisões, associadas a outras perspectivas e diferentes territórios também envolvem dinâmicas de convivência integral com a natureza, como as buscadas em assentamentos, periferias, pela população em situação de rua, pela população LGBTQIA+, por consumidores de cidades médias, por movimentos de camponesas e camponeses, por comunidades que sustentam a agricultura. Esses outros olhares promovem aproximação entre campo e cidade em relações justas, acessíveis física e financeiramente, protegem o patrimônio genético e cultural, valorizam alimentos in natura ou minimamente processados, implementam estratégias autogestionadas. Nesse sentido, abrangem mais do que

7

um mero equilíbrio com a natureza, mas buscam se aproximar de uma compreensão de pertencimento holístico e integral com o meio ambiente. Configuram possibilidades de reconstrução das formas de existir no mundo, de novos modelos de sociedade, novos modos de produção e consumo, e de sistemas alimentares justos, saudáveis, resilientes e solidários.

Esta busca por alternativas decoloniais e ao mesmo tempo por respostas concretas, com base em direitos humanos, na superação da dicotomia ser humano e natureza, alinha-se à perspectiva do Bem-Viver. Nesta perspectiva, a democracia, a participação e controle social são fundamentais para que as diversas vozes possam se colocar contra padrões de produção e consumo perversos, por uma ciência e tecnologia que se coloque a serviço da superação da desigualdade, do cuidado com o “Outro” e com o meio ambiente. Entretanto, é preciso destacar que as noções de bem-viver sofrem disputas de narrativas com falsas soluções de economia verde, que se contrapõe aos saberes e práticas, tanto de povos e comunidades tradicionais, como de movimentos populares dos campos, das águas e das florestas e movimentos das periferias urbanas.

Essas comunidades e movimentos valorizam os saberes ancestrais, a agroecologia, o consumo de alimentos livres de agrotóxicos, o cultivo de hortas com plantas medicinais e ervas para temperos, como coentro, cebolinha e alecrim, valorização das sementes crioulas e o reaproveitamento integral dos alimentos, mantendo quintais produtivos, e o manejo sustentável e comunitário da pesca artesanal que garantem autonomia e segurança alimentar e nutricional. Suas práticas refletem uma relação de cuidado e conservação dos biomas e da sociobiodiversidade, promovendo uma alimentação justa, saudável e sustentável, produzida em condições de vida e de trabalho dignas e respeitando a cultura alimentar brasileira. Expressam formas de solidariedade, de partilha do alimento, mas também de sentidos subjetivos como delineados no Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2015), em que a comida de verdade é compreendida como rituais de comensalidade cotidiana (“comer junto”), salvaguarda da vida, desde o aleitamento materno como primeiro e fundamental alimento para a sobrevivência e estilo de vida saudável, até a comida de verdade como ato político, como dimensão sagrada, configurando-se na construção de identidades e ritos, não se sujeitando aos interesses de mercado, capaz de promover o protagonismo das mulheres, a saúde e a paz entre os povos. O cultivo agroecológico, o uso coletivo da terra e da água, os mutirões comunitários e as celebrações ligadas aos ciclos naturais expressam a compreensão de que viver bem é viver em harmonia com a terra, reconhecendo-a como fonte de vida e não como um recurso a ser explorado. Essas tradições reafirmam que a sustentabilidade está enraizada nos diferentes territórios e nasce da reciprocidade, da solidariedade e do respeito à natureza.

Entre tantos outros exemplos, cita-se o “manejo de pirarucu” nos lagos da grande Amazônia. O conhecimento tradicional dos pescadores sobre o comportamento do peixe, transmitido de geração a geração foi responsável por práticas de manejo que recuperaram as populações de pirarucu. Esta recuperação foi ampliada para a conservação das demais espécies de peixes que também se recuperam nas áreas de manejo. O conhecimento tradicional aliado com a pesquisa participativa garantiu que houvesse a construção de processos eficazes e duradouros. A partir da parceria entre conhecimento ancestral e ciência cidadã foi possível definir períodos de manejo, com definição de cotas anuais de pescaria, que resultaram em melhorias econômicas,

sociais e de segurança alimentar e nutricional para as populações ribeirinhas. Esta aliança, que parte do respeito aos saberes tradicionais e na busca de forma compartilhada com a ciência, propicia a criação de metodologias de manejo de longo prazo que garantem floresta em pé e fortalecimento comunitário.

É preciso fortalecer o protagonismo de mestres de saberes ancestrais, reconhecendo o notório saber das mestras e mestres indígenas, quilombolas, afrodescendentes, de culturas populares também formalmente nas instituições de fomento, nos espaços de tomada de decisão, nas equipes de pesquisadores, nos incentivos para produção científica e como parte das mesas de debate. Os saberes e práticas ancestrais, e ciência em diálogo podem se complementar, acolhendo as diferenças e se atualizando sem subjugar saberes, mas reposicionando os indivíduos e grupos detentores de saberes tradicionais em espaços privilegiados de ação.

5. Considerando que precisamos garantir a diversidade no coletivo, como podemos mobilizar mais pessoas, lideranças, corporações, empresas e nações para apoiar mudanças justas e éticas no combate à crise climática? Que ideias e valores poderiam nos inspirar nessa missão?

Garantir a diversidade no coletivo e mobilizar diferentes setores da sociedade para mudanças justas e éticas no enfrentamento da crise climática exige valorizar a pluralidade de saberes, culturas e territórios. É preciso reconhecer que o futuro é ancestral, e que as soluções para o planeta nascem das experiências e práticas que já existem em comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, ribeirinhas, populares e periféricas. Para isso, os espaços de cooperação precisam estar livres do conflito de interesses orientado pelo lucro de grandes corporações, que devem ser responsabilizadas pelas externalidades negativas geradas e pelas assimetrias de poder resultantes da concentração do poder político e econômico. Esses espaços devem ser democráticos, priorizar a vida e o bem comum.

A participação da sociedade civil deve ser livre, autônoma e decisiva, de modo que sua presença nos mecanismos de governança democrática resulte na efetiva tomada de decisão e na implementação de ações, não apenas no debate ou na escuta. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, em nível internacional, é exemplo de um importante mecanismo de governança que precisa ser fortalecido e fortalecer a participação da sociedade civil e resguardar esse espaço da influência de grandes corporações. A construção de uma mobilização efetiva passa pelo fortalecimento dos valores de solidariedade, equidade, justiça social, tributária e ambiental, e pela criação de medidas regulatórias transparentes e vinculantes, com corresponsabilidade entre os diferentes atores estratégicos, sobretudo as organizações da sociedade civil.

Mobilizar pessoas, lideranças, grupos e nações para uma transição justa e solidária requer a retirada gradual e planejada de subsídios e destinação privilegiada de orçamento público dos sistemas alimentares hegemônicos e o alinhamento para uma visão comum baseada no cuidado e na interdependência. Esse processo envolve repensar tecnologias e práticas e readequar infraestruturas mais compatíveis com a transformação socioambiental desejada. Isso implica também educar, conscientizar e formar alianças diversas, conectando pessoas e territórios, e compreendendo que a luta climática é, sobretudo, uma luta pela vida, pela igualdade e pelos direitos humanos.

A crise climática afeta de forma desigual as populações periféricas, povos indígenas, quilombolas, pessoas negras, mulheres e juventudes — por isso, a ação climática precisa estar orientada pela defesa da dignidade humana, da democracia participativa e da valorização das diversidades. Assumir essa desigualdade exige como resposta a defesa da natureza, da água, do alimento, da terra como bens comuns, o que contraria a lógica mercantilista do bem privado. As instituições públicas precisam defender o interesse público alinhado a essa perspectiva dos direitos humanos e proteger o bem comum, adotando, para isso, ações equitativas, antirracistas e de igualdade de gênero. Mecanismos de discriminação positiva permite que pessoas vulnerabilizadas e países do Sul Global acessem recursos e viabilizem condições para a transformação socioambiental.

A justiça tributária é outro elemento essencial e deve ser incorporada como parte da justiça climática, garantindo financiamento justo para a transição ecológica e social, por meio de reformas que priorizem os direitos e a redistribuição de renda, incluindo a taxação de grandes fortunas e mecanismos de controle da evasão e elisão fiscal, prevenir a financeirização dos bens comuns (natureza, saberes tradicionais, alimento) e fortalecer a justiça redistributiva. A construção desse movimento demanda diálogo entre diferentes setores sociais, envolvendo movimentos ambientais, coletivos juvenis, organizações de mulheres, lideranças religiosas e comunitárias, sempre com respeito aos territórios e suas lutas.

Para inspirar essa missão, devemos nos apoiar em valores que unem ética, justiça e esperança ativa. Podemos adotar a triangulação de 3 dimensões de justiça, a climática, tributária e alimentar compondo um eixo central, capaz de combater as desigualdades e os desafios contemporâneos. Também a solidariedade horizontal e o cuidado coletivo são bases para uma transformação duradoura, enquanto a diversidade deve ser reconhecida como força política, integrando saberes indígenas, quilombolas, populares e científicos. O princípio do bem viver propõe uma vida integrada com a natureza e entre as pessoas, contrapondo-se à lógica do lucro e da exploração. Os governos precisam criar mecanismos institucionalizados para escuta ativa e representativa da sociedade civil para que participem das tomadas de decisão sobre as políticas públicas que as afetam, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e outros conselhos. O Brasil tem exemplos que podem inspirar outros países, nossos sistemas de políticas públicas como o de segurança alimentar e nutricional, saúde e assistência social, entre outros, têm como eixo estruturante a participação social institucionalizada em conselhos do nível nacional ao municipal. A participação social não se limita a estes espaços oficiais, porém estes, enquanto interlocução direta para a definição e monitoramento de políticas públicas devem ser valorizados em seus escopos e objetivos. A democracia participativa promove voz e poder a quem mais sofre os impactos da crise e fortalece um movimento global e plural capaz de recriar o mundo a partir da justiça, do respeito e cuidado ao nosso planeta.